

Relações de sentido entre os diversos usos de MAS: a formação de uma rede polissêmica motivada metaforicamente

Ana Paula A. Rocha

Universidade Federal de Ouro Preto

apr.letras@ichs.ufop.br

Abstract: *This paper focuses on the meaningful relationships that are established among the diverse uses of MAS in the nowadays Portuguese. The traditional perspective presents a great difficulty in treating the mentioned conjunction. The model of analysis that Sweetser (1991) uses to work with the conjunction “but” seems to be efficient in the description of the diverse uses of MAS and points out that the diverse meanings attributed to the item are linked by a polisemic net that is formed through metaphorical motivation.*

Keywords: *conjunction MAS, polisemy, metaphor*

Resumo: *O foco deste trabalho são as relações de sentido existentes entre os diversos usos de MAS no português atual. Os manuais tradicionais apresentam grande dificuldade no tratamento da referida conjunção. O modelo que Sweetser (1991) emprega na análise de but (inglês) mostra-se eficiente na descrição de usos de MAS e indica que os diversos sentidos atribuídos ao item relacionam-se através de uma rede polissêmica que se forma através de motivação metafórica.*

Palavras-chave: *conjunção MAS, polissemia, metáfora*

1. Apresentação

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre a relação existente entre os diversos sentidos que a conjunção MAS pode apresentar em português. Uma rápida consulta às gramáticas do português revela que as adversativas – entre as quais MAS assume papel prototípico – certamente se constituem como o conjunto de conjunções da língua mais rico de sentidos.

Neste texto, serão defendidos os seguintes pontos de vista: (i) o modelo proposto por Sweetser (1991) para descrição do item *but* (inglês) aplica-se à descrição de MAS e permite compreender por que, apesar da gama tão variada de sentidos que o item pode apresentar, mantém-se a gramaticalidade das sentenças em que ocorre; (ii) as relações de sentido mencionadas formam uma rede polissêmica motivada metaforicamente.

2. Sobre os diversos sentidos da conjunção MAS em português

As gramáticas tradicionais e os manuais de descrição do português mostram discordância tanto com relação aos itens que devam ser considerados conjunções adversativas quanto com relação aos sentidos que os mesmos podem apresentar.

Com relação a MAS, há, porém, consenso quanto ao fato de ser uma conjunção adversativa. O item ilustra, segundo todos os manuais consultados na execução deste trabalho, o conjunto das adversativas, sendo mesmo, em alguns casos, o único elemento citado. O fato de MAS poder ser considerado a adversativa prototípica do português

deve-se a várias razões. Entre todos os demais elementos que podem constar entre as adversativas (*porém, contudo, todavia, entretanto e no entanto*), MAS é notoriamente o mais utilizado e o único que ocorre categoricamente em fronteira sentencial, posição típica das conjunções; os demais podem ocorrer em posição diversa da de fronteira.

Embora haja consenso com relação à classificação de MAS como conjunção adversativa, os sentidos que lhe são atribuídos variam vastamente. A seguir serão citados os sentidos que alguns autores atribuem ou a MAS ou às adversativas em geral. Neste último caso, entenda-se que MAS está contemplado.

Oiticica (1940: 61), sobre as adversativas, afirma que elas “justapõem pensamentos contrários”.

Dias (1933: 256-57) atribui a MAS as seguintes funções: (i) “serve de ordinário de designar o que contrapõe ao que se disse precedentemente ou o restringe”; (ii) “quando se contrapõe a um membro negativo, (...) reforça-se com o advérbio *sim*”; (iii) “pode omitir-se, quando a antítese já se acha suficientemente demonstrada por outro modo”. Como adversativas, ainda considera “porém” – mais frouxo do que *mas* –, “ora” – que introduziria um pensamento diverso somente do que se enunciou precedentemente –, “senão” – que, “na qualidade de adversativa, só tem lugar como synonyma de *mas*, quando a um membro negativo se contrapõe um afirmativo” –, e “pois” – que, como adversativa, “emprega-se nas réplicas, se se quer representar, como cousa de estranhar o serem ao mesmo tempo verdadeiros os enunciados que se contrapõem”.

Melo (1970: 175) entende que as adversativas exprimem contraste ou compensação.

Para Garcia (1992: 18), as adversativas marcam oposição, “às vezes com um matiz semântico de restrição ou ressalva”.

Conforme Rocha Lima (1994: 185), as adversativas “relacionam pensamentos contrastantes”.

Cunha & Cintra (1985: 566), por sua vez, afirmam que as adversativas “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste”.

Já Sacconi (1990: 267-68) entende que o sentido básico das adversativas seja o de ressalva e que esse se desdobre em diversos outros sentidos: as adversativas “exprimem essencialmente ressalva de pensamentos, ressalva essa que pode indicar idéia de de oposição, retificação, restrição, compensação, advertência ou contraste”.

Também Cegalla (1994: 267) apresenta vários sentidos para as adversativas que, segundo o autor, “exprimem oposição, contraste, ressalva, compensação”.

Luft (2002: 189) afirma que as adversativas “denotam contraste, compensação”.

Bechara (1999: 321) considera que as adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”. Destaca que, “ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas”. Acrescenta ainda que MAS acentua a oposição.

Neves (2000: 755-770), ao tratar das “construções adversativas”, enfoca especificamente “a coordenação com *mas*”. Da mesma forma que faz com conjunções de outros tipos, a autora analisa *mas* sob três pontos: (i) a natureza da relação, (ii) o modo da construção e (iii) o valor semântico. Sobre (i), a autora afirma que o item “marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenados, e, por essa característica, não há recursividade na construção com MAS, que fica, pois, restrita a dois segmentos”. Sobre (ii), Neves afirma que os segmentos coordenados por *mas* podem ser sintagmas, orações e enunciados. E sobre (iii), a autora afirma:

nas relações de **desigualdade** há aspectos especiais marcados pelo uso do MAS. A desigualdade é utilizada para a organização da informação e para a estruturação da argumentação. Isso implica a manutenção (em graus diversos) de um dos membros coordenados (em geral, o primeiro) e (também em graus diversos) a sua negação (Neves, 2000: 757).

As poucas referências bibliográficas consultadas são suficientes para mostrar o quanto é problemática a descrição de MAS. Sobre a divergência com relação aos sentidos do item, podem ser feitas várias observações, a começar com relação à imprecisão dos termos utilizados.

Oiticica (1940), quando afirma que as adversativas contrapõem pensamentos, indiretamente afirma que a linguagem representa o pensamento, o que, para uma análise mais acurada, traz à tona questões epistemológicas sérias.

Dias (1933), ao afirmar que *mas* serve para designar o que contrapõe ao que se disse antes, está atribuindo a *mas* uma função típica dos nomes; é estranho atribuir a conjunções funções designativas. Afirma também que *porém* seria “mais frouxo” do que *mas*, sem especificar o que se entende por palavra de sentido tão vago quanto “frouxo”. Da mesma forma, Almeida (1952) não explicita o que significa exatamente *mas* ter mais força do que *porém*.

Garcia (1967), referindo-se a um matiz semântico de restrição ou de ressalva, parece estar afirmando que tal matiz se encontraria no próprio sentido de oposição e não que seria um dos sentidos possíveis das adversativas, paralelamente ao de oposição. Essa é uma questão que se impõe: as adversativas podem apresentar sentidos ambíguos ou os sentidos que lhe são possíveis se distinguem nitidamente?

Cunha & Cintra (1985), quando afirmam que as adversativas ligam dois termos de igual função, parece estarem se referindo a função sintática; em seguida, fazem uma observação de cunho semântico: acrescenta-lhes uma idéia de contraste. A escolha lexical por “acrescentar” pode deixar subentendido que o contraste não seria expresso senão pela conjunção.

Já para Rocha Lima (1994), as adversativas relacionam pensamentos contrastantes. Por mais impreciso que seja, nesse caso, o termo *pensamento*, o autor atribui às conjunções a função de relacioná-los, deixando claro que os pensamentos já são em si contrastantes. A seguir, ao destacar *mas* como a adversativa por excelência, deixa subentendido que as referidas características não se encontram em outras palavras como *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, as quais, segundo o autor, acentuam uma espécie de concessão atenuada. Pelo uso de “atenuada”, vê-se que também Rocha Lima (1994), assim como Almeida, entende que *mas* tem sentido mais forte do que as outras conjunções. Atente-se para o termo “espécie”, que indica quanto são imprecisos os apontamentos feitos.

Sacconi (1990) afirma que os sentidos das adversativas têm em comum a característica de serem ressalva de pensamentos, o que é discutível, mas não deixa de ser uma tentativa de identificar um traço comum aos sentidos possíveis.

Cegalla (1994), assim como Sacconi (1990), afirma que as adversativas exprimem alguns sentidos aparentemente estranhos. O uso de *exprimir* não deixa claro se a construção de sentido é função exclusiva da conjunção ou se é algo que já se encontrava entre as partes ligadas. O mesmo se pode dizer de *denotar*, termo usado por Luft (2002): as adversativas “denotam contraste, compensação”.

Bechara (1999), por sua vez, ao afirmar que as adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”, deixa subentendido, pelo uso de *apontar*, que a oposição já existia entre unidades enlaçadas. O mesmo se depreende da afirmativa de que *mas* e *porém* acentuam a oposição. Veja-se também que Bechara se refere a unidades enlaçadas, não restringindo a natureza de tais unidades a orações ou termos.

Neves (2000) distingue três pontos concernentes às adversativas (usados também para a caracterização de todas as conjunções estudadas na obra) que são, de fato, de naturezas diversas e foram, pelos trabalhos mencionados anteriormente, ou negligenciados ou tratados como se fizessem parte de um bloco de questões da mesma natureza. Quando trata do modo de construção, afirma que as unidades coordenadas por *mas* – o elemento que a autora usa para representar as adversativas – podem ser de diversas naturezas, o que não foi contemplado pelos trabalhos mencionados, com exceção de Bechara (1999).

Além disso, Neves (2000) aponta a desigualdade como traço fundamental tanto das relações em que *mas* se encontra quanto do valor semântico do elemento, o que consiste em uma proposta de análise bem mais econômica do que a que se viu nos demais trabalhos referidos.

Nesta seção, viu-se o quanto é ainda problemático o tratamento de MAS. Na próxima seção, será apresentado o modelo de Sweetser (1991), que posteriormente será aplicado a alguns exemplos dados pelos próprios autores citados na presente seção.

3. O modelo de Sweetser (1991) para *but*

Sweetser (1991) propõe um modelo de análise de conjunções segundo o qual as conjunções são elementos que podem atuar em três domínios: o do conteúdo, o epistêmico e o conversacional. A respeito de *but*, a autora entende que o elemento possa ocorrer somente nos dois últimos domínios, o que se explicará adiante.

Cabe esclarecer os pontos que sustentam o ponto de vista da autora. Sweetser defende que uma forma lingüística assume novos significados graças a uma projeção corriqueira existente entre os três domínios da linguagem referidos, sendo que o do conteúdo refere-se ao mundo físico; o epistêmico ao mundo mental; o conversacional aos atos de fala.

As mudanças ocorridas com verbos perceptivos do inglês descritas pela autora são bastante ilustrativas do que ela chama de projeção entre domínios na constituição de novos significados lingüísticos. O verbo *hear* (ouvir, escutar), por exemplo, pode ser usado tanto no domínio do conteúdo (“não escutei a campainha”) quanto no domínio epistêmico (“não escutei minha mãe e me arrependo”), em que assume metaforicamente o sentido de *obedecer*. Aqui se teria uma metáfora de percepção operada no domínio mental. A manipulação física de um som que é retido oferece motivação semântica para que o verbo seja usado no sentido em que o que é retido são dados. O sentido básico de “retenção de estímulos exteriores” mantém-se, todavia.

Analisando questões referentes a conjunções, coordenação e subordinação, Sweetser discute, entre outros tópicos, os itens *and*, *or* e *but*, os mesmos que já haviam sido tratados por Lakoff (1971). Também para as conjunções, Sweetser propõe a existência de três domínios, entre os quais se manifesta uma projeção em sentido unidirecional, via operações metafóricas, o que permite a (re)elaboração constante de significados. É importante observar que o domínio do conteúdo remete ao mundo real não em um sentido representacionista, segundo o qual o mundo real se espelharia nas expressões lingüísticas. O domínio do conteúdo é aquele a partir do qual, em função de suas experiências físicas, como as sensorio-motoras, o falante elabora novos significados, graças à capacidade imaginativa de sua mente.

No caso de *and*, Sweetser sugere que há, entre os três domínios citados, a manifestação de um sentido básico, que a partir de um domínio fonte se projeta aos demais: o de se colocar coisas lado-a-lado em um processo de adição. Veja-se:

(1) *John eats apples **and** pears. (John come maçãs e pêras.)*

Nesse caso, a adição de coisas é simples e não obedece a nenhuma ordem nem de temporalidade nem de causalidade, tanto que os elementos “somados” poderiam ter a ordem invertida sem danos para a sentença como um todo. A esse tipo de caso em que se pode inverter a ordem dos elementos ou cláusulas, Sweetser chama simétrico, terminologia adotada em outros trabalhos, como no de Lakoff (1971).

Já no exemplo seguinte, a inversão não seria cabível sob pena de comprometer a própria gramaticalidade da sentença. A esse tipo de caso se chama assimétrico:

(2) *John took off shoes **and** jumped in the pool. (John tirou os sapatos e pulou na piscina.)*

Sweetser entende que a assimetria vista acima deve-se à iconicidade da linguagem, que faz com que a ordem temporal de sucessão que os eventos relatados seguem no mundo real se reproduza lingüisticamente. O uso narrativo de *and* comprova a interação existente entre a linearidade inerente ao uso lingüístico e o conceito geral de “pôr as coisas lado-a-lado”.

O exemplo seguinte ilustraria, por sua vez, uma linearidade decorrente não do mundo real, mas sim de um processo lógico, sendo, portanto, um exemplo de *and* no domínio epistêmico:

(3) *Why don't you want me to take basketweaving again this quarter?
Answer: Well, Mary got an MA in basketweaving, **and** she joined a religious cult.
(...so you might go the same way if you take basketweaving). (Por que você não quer que eu pegue basketweaving de novo esse bimestre? Resposta: Bem, Mary tem um MA em basketweaving e ela se juntou a um culto religioso. (... assim você pode ir para o mesmo caminho se você pegar basketweaving.))*

Em (3), a ordem das cláusulas não reproduz iconicamente uma ordem de eventos sucedidos no mundo real, e sim uma ordem de premissas que levam a uma conclusão.

Já o seguinte exemplo mostra *and* empregado no domínio conversacional:

(4) *The Vietnam War was morally wrong, **and** I'll gladly discuss the reasons why I think so. (A Guerra do Vietnã foi moralmente errada e eu terei prazer em explicar as razões pelas quais penso isso.)*

Também para *or* Sweetser encontra ocorrências nos três domínios citados. Já para *but* a autora tece a seguinte objeção: *but* conecta segmentos que contrastam entre si ou mesmo “colidem” (*clash* é o termo usado), mas esse contraste e essa colisão só são perceptíveis nos níveis epistêmico e conversacional. Um exemplo dado pela autora para corroborar sua proposta é:

(5) *John keeps six boxes of pancake mix on hand, **but** he never eats pancakes.
(John mantém seis caixas de mistura para panquecas estocadas, mas nunca come panquecas)*

O choque pode dar-se também entre duas conclusões implícitas, suscitadas por duas premissas conectadas por *but*, como em:

(6) “*Do you know if Mary will be in by nine this evening?*
Answer: Well, she`s nearly always in by then, but (I know) she has a lot of work to do at the library, so I`m not sure.”
(*Você sabe se Mary vai estar em casa às nove esta noite? Resposta: Bem, ela sempre chega por volta das nove, mas (eu sei) ela tem um monte de trabalho a fazer na biblioteca, então não tenho certeza.*)

O argumento de Sweetser é que as relações de sentido sinalizadas por *but* nos dois últimos exemplos não se processam no domínio do conteúdo porque não há nada no mundo real que impeça a concomitância do fato de John estocar panquecas e o fato de ele nunca comê-las. Da mesma forma, no mundo real, é possível que Mary sempre chegue a casa por volta das nove e que em um dia determinado tenha muito trabalho a fazer na biblioteca. A colisão se dá entre conclusões processadas no nível epistêmico: se Mary chega a casa sempre até às nove, é possível que chegue hoje também; se Mary tem muito trabalho a fazer, é possível que não chegue a casa no horário de sempre.

Para Sweetser, mesmo que se argumente ser possível depreender as relações acima no domínio do conteúdo, é impossível negar seu processamento no domínio epistêmico. Tipicamente, no entanto, relações que ocorrem no domínio do conteúdo não ocorrem ao mesmo tempo no domínio epistêmico.

Lakoff (1971) afirma que a gramaticalidade de períodos em que duas sentenças estejam ligadas por *but*, se não se construir superficialmente (o que, para Sweetser, não ocorre), dependerá, então, de uma combinação de pressuposições e deduções que uma delas ou ambas desencadeiam.

Além disso, Lakoff descreve uma “hierarquia de naturalidade” de pressuposições e deduções: algumas mais universais (como se vê em “John é alto, mas não é bom no basquete”); outras menos (como em “John é Republicano, mas você pode confiar em Bill”); outras idiossincráticas (como em “John detesta sorvete, mas eu também”). O destaque que Lakoff dá às informações implícitas talvez seja a maior contribuição de seu trabalho. Um dos exemplos que analisa é:

(7) “*John is rich but dumb*” (*John é rico mas estúpido*)

O exemplo só pode ser avaliado, segundo a autora, dentro de algum contexto. Por exemplo, uma mãe que queira dissuadir a filha de casar-se com João poderia dizer que ele é rico (uma boa qualidade), mas estúpido (um defeito), não sendo, portanto, um bom partido. Aqui se teria um caso de oposição semântica. Por outro lado, alguém que julgue que pessoas ricas não são estúpidas poderia ter empregado *but* justamente por haver aí, então, uma quebra de expectativa.

Já Sweetser, embora também reivindique um papel crucial às informações e conclusões pressupostas e implícitas na análise da gramaticalidade de sentenças com *but*, diverge de Lakoff com relação à existência de oposição semântica propriamente dita nessas estruturas. A ocorrência vista em (7), por exemplo, Sweetser entende como sendo possível somente no domínio epistêmico ou no conversacional. Enquanto Lakoff atribui à frase uma quebra de expectativa, Sweetser lhe atribui uma quebra de expectativa no nível epistêmico. Já a leitura que Lakoff atribui a uma oposição semântica, Sweetser entende como se processando no domínio conversacional, porque a mãe hipotética poderia estar, em um ato de fala, dizendo à filha: “eu sugiro que você não se case com John”, o que anularia a possibilidade de uma leitura desse exemplo no domínio do conteúdo, até porque, para Sweetser, no mundo real, riqueza e estupidez não necessariamente se opõem.

Como se vê, o modelo de Sweetser mostra-se bastante eficiente no tratamento de *but*, principalmente por considerar que, na estrutura adversativa, o “choque” não se dá entre duas proposições lingüisticamente expressas, e sim entre informações suscitadas por tais proposições. A estrutura adversativa é, na verdade, um tipo de expressão lingüística altamente sofisticado do ponto de vista cognitivo, o que acarreta dificuldade à descrição do lingüista. Ao falante, porém, a dificuldade não se impõe, graças à operações cognitivas que ele realizam no nível epistêmico, conforme defende Sweetser.

4. Análise de ocorrências de MAS segundo a proposta de Sweetser para *but*

A seguir, serão analisadas algumas ocorrências de MAS retiradas aleatoriamente das referências bibliográficas utilizadas na seção 2.

Rocha Lima (1994: 185), que, como se viu, afirma que as adversativas “relacionam pensamentos contrastantes”, exemplifica MAS com a seguinte frase:

(8) *Gosto de navio, mas prefiro avião.*

Em (8), o que o autor chama de “pensamentos” são, na verdade, declarações, proposições: “gosto de navio” e “prefiro avião”. Seguindo o raciocínio empreendido por Sweetser para estudo de *but*, vê-se que não há nada que impeça alguém de gostar de navio e preferir avião. O “choque”, a adversidade não se encontra entre as duas proposições. A frase só poderia ser devidamente analisada se encaixada em um contexto maior. Trata-se de um tipo de ocorrência muito comum de MAS: um tipo em que se estabelece uma comparação entre dois objetos, no caso *navio* e *avião*. O que se deve entender, porém, é que os falantes não comparam elementos aleatoriamente, sem propósitos. A comparação só faz sentido se o contexto a comportar. Imagine-se que um agente de viagens perguntasse a um cliente suas preferências com relação ao meio de transporte utilizado em suas viagens. Diante de uma resposta como (8), o agente entenderia que deveria procurar opções de viagem em avião, e não navio. Assim, (8) estaria ocorrendo no domínio conversacional. O contraste não se processaria entre pensamentos e sim entre conclusões a que o agente poderia chegar: se o cliente afirma gostar de navio, ele pode concluir que deve procurar opções de viagem em navio; se afirma que prefere avião, o agente anula a primeira conclusão e privilegia a de que deve procurar opções via avião. Se se entende conclusões como pensamentos, então se poderia dizer que há pensamentos contrastantes.

Sacconi (1990: 267-68) enumera diversos sentidos para as adversativas. No exemplo (9), MAS exprime, segundo o autor, oposição. Já o exemplo (10) teria, para o autor, o sentido de restrição. O exemplo (10) consta na fonte com o item *porém*. Como a paráfrase com MAS não adulterará o sentido global da frase, aqui ela será citada com MAS. Veja-se:

(9) *Luís trabalha muito, mas ganha pouco.*

(10) *Foi ao baile, mas dançou pouco.*

Não parece muito clara a distinção que o autor faz entre oposição e restrição. Na verdade, o que se vê, em ambos os casos, são exemplos de ocorrências nas quais a adversidade, seja ela manifesta em forma de oposição ou de restrição, dá-se não entre as proposições ligadas pela conjunção, e sim entre uma das proposições e uma conclusão pressuposta e não declarada, suscitada pela outra proposição. Nada impede, no mundo,

que alguém trabalhe muito e ganhe pouco. O que ocorre é que, se se sabe que alguém trabalha muito, cria-se a expectativa de que não ganhe pouco. Essa expectativa entra em choque com a afirmativa “ganha pouco”. Trata-se de uma relação descritível somente no domínio epistêmico. Da mesma forma, não há impedimentos para se ir a um baile e se dançar pouco. Há, porém, a expectativa de que alguém que vá a um baile dance muito.

Também Cegalla (1994: 267), como se viu, atribui uma vasta gama de sentidos às adversativas. Ao contrário de Sacconi, porém, não explicita a qual sentido se ligaria cada um dos exemplos que dá. Observe-se um de seus exemplos:

(11) *Querem ter dinheiro, mas não trabalham.*

As afirmativas de que pessoas “querem dinheiro” e de que “não trabalham” mostram-se contrastantes, para fins descritivos, se se leva em conta que os falantes, por razões óbvias, têm a expectativa de que trabalhar seja condição para se ter dinheiro. Se essa condição pressuposta não se cumpre, cria-se então um choque com a afirmativa anterior. A gramaticalidade de (11) explica-se, então, graças a relações que se processam no domínio epistêmico. Caso a frase fosse dita por um pai a seus filhos, poderia ainda ser compreendida como uma ordem para que os filhos trabalhem, ou seja, como um ato-de-fala, e então estaria se processando no domínio conversacional.

O mesmo raciocínio pode ser empreendido para análise de (12), que foi citado por Cunha & Cintra (1985: 566):

(12) *Apetece cantar, mas ninguém canta.*

A concomitância entre o fato de apetecer cantar e o de ninguém cantar pode gerar o sentido de contraste quando, num dado contexto, observa-se que ninguém canta e que isso contrasta com a expectativa contrária, gerada pela afirmação anterior de que cantar apetece.

Mesmo nos exemplos comentados, que são citados nas gramáticas tradicionais de que foram retirados de forma descontextualizada, só é possível explicar-lhes a gramaticalidade se se pensa em hipotéticos contextos em que poderiam se encontrar. Todos os contextos imagináveis acarretam a existência de idéias pressupostas, não declaradas pelo significante, mas levadas em conta tacitamente pelos falantes.

5. Considerações finais

Neste trabalho, viu-se o quanto é confusa, senão caótica, a descrição tradicionalmente feita do item MAS em português. Embora haja consenso com relação à classificação do item como conjunção adversativa, os sentidos que lhe são atribuídos são muitos e divergentes. Não há também preocupação em se verificar se tais sentidos se formam de maneira independente ou se se relacionam entre si, constituindo uma rede polissêmica.

A proposta de Sweetser (1991) para análise de *but* mostrou-se eficiente na aplicação da estrutura adversativa com MAS, porque (i) leva em conta que o “choque” adversativo não se dá entre segmentos da sentença, e sim entre um desses segmentos e uma informação pressuposta suscitada pelo outro segmento ou entre informações pressupostas suscitadas por ambos os segmentos; (ii) localiza essas informações pressupostas em domínios da linguagem bem definidos teoricamente – o epistêmico ou o conversacional –, explicitando a complexa elaboração cognitiva que subjaz aos usos

da estrutura adversativa; (iii) mostra que, por mais se identifiquem nuances de sentido entre os diversos usos da estrutura adversativa, a gramaticalidade de todos explica-se em função de todos ocorrerem nos mesmos domínios da linguagem.

Sobre o ponto (iii), vejam-se, por exemplo, os inúmeros sentidos enumerados por Sacconi (1990) e Cegalla (1994) para as adversativas em geral, o que só expande o quadro já extenso de sentidos atribuídos a elas pelos autores diversos. As obras referidas não se preocupam em verificar se todos esses sentidos relacionam-se semanticamente. Seria, contudo, difícil acreditar que os falantes usassem e compreendessem com propriedade todos esses sentidos se não houvesse uma base comum entre eles. O modelo de análise proposto por Sweetser (1991) mostra que o que há em comum entre esses sentidos é o fato de todos suscitarem informações não expressas lingüisticamente.

Além disso, o modelo baseia-se na idéia de que há uma projeção metafórica entre os três domínios da linguagem – o do conteúdo, o epistêmico e o conversacional. Identificar essa projeção implica identificar relações entre os sentidos que se constituem nesses domínios. Em outras palavras, se MAS assume sentidos aparentemente tão diversos, isso se dá em função da capacidade do falante de executar projeções metafóricas entre domínios da linguagem. Essas projeções, por sua vez, só se tornam possíveis graças à capacidade do falante de criar sentidos mais abstratos a partir de sentidos mais concretos, levando todos esses sentidos a formarem uma rede polissêmica.

Buscar compreender quais dos muitos sentidos atribuídos a MAS são mais abstratos e quais se relacionam com quais pode ser uma tarefa ainda por se cumprir. Entender, porém, que todos esses sentidos ocorrem em dois domínios da linguagem é fundamental para se entender a motivação pela qual se criam novos sentidos e para se verificar que a extensão dos sentidos atribuídos a MAS não se dá de forma aleatória, e sim motivada.

Neves (2000) defende, conforme se viu, que o valor semântico básico de MAS é a diferença. Em vez de procurar as nuances semânticas do item, a autora procura identificar o traço comum que liga tais nuances, o que teoricamente é vantajoso. Sweetser (1991), por sua vez, mostra que esse traço de diferença não se encontra entre os dois segmentos entre os quais a conjunção se localiza.

Por último, note-se que, se as informações postas em “choque” não se encontram expressas, está claro que o sentido adversativo não é expresso pela conjunção. As adversativas talvez sejam o grupo de conjunções que mais comprove a tese de que o sentido textual realiza-se de forma global e que, no caso, as conjunções são tão somente um guia, um sinalizador, um significante que suscita um significado que se encontra muito além da letra propriamente dita.

6. Referências bibliográficas

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Nacional, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, A. E. da S. **Syntaxe Historica Portuguesa**. 2.ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1933.
- GARCIA, O. M. [1967] **Comunicação em prosa moderna**. 15.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

- LAKOFF R. If's, And's and But's about conjunction. In: FILLMORE, C. LANGENDOEN, D. (eds.). **Studies in linguistic semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**: edição revista e atualizada. São Paulo: Globo, 2002.
- MELO, G. C. D. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- NEVES, M. H. de M **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- OITICICA, J. **Manual de análise**. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.
- ROCHA LIMA, C. H. da. [1972] **Gramática normativa da língua portuguesa**. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática: teoria**. 14.ed. São Paulo: Atual, 1990.
- SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.